
**EDUCAÇÃO E TRABALHO:
TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES FEIRANTES EM BATURITÉ (CE)**

*Maria Vitoria Silva Cardoso**, *Mara Rita Duarte de Oliveira Berraoui***,
*Francisco Vitor Macêdo Pereira****

RESUMO

Este artigo analisa os discursos de mulheres feirantes de Baturité (CE) em relação ao acesso à educação, utilizando a metodologia de história oral para investigar a vida dessas mulheres. Os resultados revelam uma forte ligação entre suas trajetórias laborais e o acesso à educação, destacando as limitações enfrentadas devido a responsabilidades familiares e à inserção ao trabalho desde a infância. Apesar desses desafios, a feira emerge como um espaço de autonomia, interação social e sustento financeiro para essas mulheres. No entanto, são evidenciadas as dificuldades do trabalho informal, a falta de segurança e os obstáculos impostos em condições sociais e ambientais adversas. Este estudo destaca a importância de compreender a interação entre educação e trabalho na vida dessas mulheres, valorizando suas histórias e experiências.

Palavras-chave: mulheres feirantes; gênero; educação; trabalho; feira livre de Baturité (CE).

* Mestre em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2632-4321>. Correio eletrônico: vitoriocardosoantropologia@mail.com.

** Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da UNILAB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9808-4684>. Correio eletrônico: mararita@unilab.edu.br.

*** Pós-Doutor e Doutor em Filosofia. Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da UNILAB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0474-7331>. Correio eletrônico: vitor@unilab.edu.br.

**EDUCATION AND WORK:
LIFE TRAJECTORIES OF WOMEN MARKETERS IN BATURITÉ (CE)**

ABSTRACT

This article examines the discourses of female street market vendors from Baturité – Ceará, regarding their access to education, using oral history methodology to investigate the lives of these women. The results reveal a strong connection between their work trajectories and access to education, highlighting the limitations they face due to family responsibilities and work from an early age. Despite these challenges, the street market emerges as a space of autonomy, social interaction and financial sustenance for these women. However, the difficulties of informal work, lack of security, and challenges faced in adverse social and environmental conditions are highlighted. This study highlights the importance of understanding the interaction between education and work in the lives of these women, valuing their stories and experiences.

Keywords: *female street market vendors; gender; education; work; street market of Baturité (CE).*

2

**EDUCACIÓN Y TRABAJO:
TRAYECTORIAS DE VIDA DE MUJERES COMERCIANTES EN LA FERIA LIBRE
DE BATURITÉ (CE)**

RESUMEN

Este artículo analiza los discursos de las mujeres comerciantes de la feria al aire libre de Baturité (CE), en específico en lo que atañe a su acceso a la educación, utilizando la metodología de la historia oral para investigar sus trayectorias de vida. Los resultados revelan un fuerte vínculo entre sus trayectorias laborales y el acceso a la educación, destacando las limitaciones enfrentadas ante las responsabilidades familiares y laborales desde la infancia. A pesar de estos desafíos, la feria surge como un espacio de autonomía,

interacción social y apoyo económico para estas mujeres. Sin embargo, se destacan también las dificultades del trabajo informal, la inseguridad y los obstáculos que enfrentan ante condiciones sociales y ambientales adversas. Este estudio destaca así la importancia de comprender la interacción entre educación y trabajo en la vida de dichas mujeres, valorando sus historias y experiencias.

Palabras clave: *mujeres comerciantes en la feria libre; género. educación; trabajo; feria libre de Baturité (CE).*

1 INTRODUÇÃO

A participação das mulheres nas atividades produtivas na feira livre de Baturité (CE) levanta importantes questões relacionadas à sua presença nos espaços públicos e privados, evidenciando questões que envolvem gênero, trabalho e educação. Nesse contexto, compreender como a educação influencia suas trajetórias, suas relações de poder e resistência torna-se essencial para valorizar suas vivências e promover a equidade de gênero. Este estudo busca, portanto, explorar a interseção entre educação, trabalho e gênero na vida das mulheres feirantes de Baturité (CE), destacando a importância de dar voz e visibilidade a suas experiências singulares.

Focalizando primordialmente o acesso à educação das mulheres feirantes de Baturité (CE), este artigo fundamenta-se nos resultados de uma pesquisa de mestrado interdisciplinar em humanidades. O acesso à educação emergiu como um dos pontos críticos na realidade laboral dessas mulheres, demandando uma análise aprofundada da interação entre trabalho, gênero e educação em suas vidas. Utilizando a metodologia de história oral de Portelli (2012), esta pesquisa se baseia no diálogo com cinco mulheres trabalhadoras da feira, em meio a uma investigação conduzida ao longo de dois anos de estudo de campo, sob a supervisão do comitê de ética e pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (CAAE 63723422.1.00005576).

2 AS CATEGORIAS DE GÊNERO E TRABALHO E O ACESSO À EDUCAÇÃO DAS MULHERES FEIRANTES DE BATURITÉ (CE): UMA ANÁLISE DE DISCURSOS

O termo *gênero* remete à interpretação de significado social, especialmente quando considerado dentro do contexto histórico do feminismo, no bojo do qual as feministas norte-americanas deram importância aos aspectos de marcadores de diferenças baseadas no sexo. Esta abordagem transformou os paradigmas disciplinares da pesquisa social, levando a discussões transversais sobre classe, raça e gênero. O conceito de *gênero* pode ser utilizado de duas formas: descritiva, para referir-se à existência de fenômenos ou realidades sem interpretação, e causal, para entender como e por que esses fenômenos assumem determinadas formas de diferença e desigualdade (Scott, 1988).

É fundamental entender como a categoria de análise *gênero* se coloca na construção das trajetórias de vida e trabalho das mulheres feirantes, em razão da realidade experienciada pelas trabalhadoras, decisivamente assinalada em suas dificuldades pelo simples fato de serem mulheres. Cabe então destacar como e por que essa realidade assume o contorno dessas específicas dificuldades.

A terminologia *gênero* vem ainda sendo substituída do termo mulher, sendo principalmente utilizada para propor que qualquer informação *sobre mulheres* é fundamentalmente informação *sobre homens*, na medida em que um implica no outro como correspondente oposto ou imagem identitária binária. Para os/as historiadores/as, o termo *gênero* também servia para delimitar um novo terreno de pesquisa, o qual vinha ganhando relevância, abrangendo também os estudos sobre crianças e famílias. O atual conceito de *gênero* estabelece então relações entre sexo e funções/distinções sociais a serem constituídas, funcionarem e mudarem de acordo com a contingência de relações entre o masculino e o feminino (Scott, 1988).

Há três variáveis principais para abordagem categórica de *gênero*: a primeira se empenha em explicar as origens do patriarcado; a segunda se encontra no interior dos estudos marxistas e busca um compromisso com as críticas feministas; e a terceira é fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto, inspirando-se nessas divergências para explicar a produção e a

reprodução da identidade de gênero e dos/as sujeitos/as em suas interações sociais (Scott, 1988).

A terceira categoria se aproxima mais do presente estudo, na medida em que, no que concerne às mulheres feirantes, a compreensão quanto à formação de suas identidades liga-se diretamente com as condições de produção e reprodução da cultura regional, sendo algo igualmente imprescindível para situarmos os termos e as condições da presença feminina na feira de Baturité (CE). É necessário, contudo, olhar como essas mulheres se sentem nos espaços públicos enquanto trabalhadoras e como as suas histórias de vida contribuíram para que elas ali estivessem realizando aquele trabalho.

Nessa perspectiva, apresentamos os discursos das mulheres feirantes sobre as suas trajetórias de vida e tecemos algumas considerações a esse respeito, visando compreender como se constituem as suas identidades. Por meio da análise interseccional entre gênero, trabalho e educação, buscamos entender como o (não) acesso à educação impactou nessa construção identitária das mulheres feirantes em Baturité (CE), delineando – a partir de suas próprias perspectivas – as suas condições e trajetórias vitais.

Dona Fátima, sessenta e dois anos, residente em Baturité (CE), nunca teve a oportunidade de frequentar a escola, pois, durante o horário das aulas, precisava auxiliar seus pais nas atividades agrícolas. Seu aprendizado inicial veio através do ensino informal proporcionado por sua cunhada, já falecida. Apesar de sua educação limitada, ela conseguiu educar todos os seus filhos e filhas da melhor maneira possível, embora reconheça que a sua abordagem tenha sido diferente daquela que recebeu de seu pai, em parte devido às facilidades educacionais atuais que antes não estavam disponíveis. Desde os onze anos de idade, ela trabalha ao lado de sua família na roça, participando ativamente de todas as etapas do processo agrícola, desde a preparação da terra, o cultivo e a colheita até a venda dos produtos em feiras livres. A agricultura é uma tradição enraizada na vida de Dona Fátima, que compartilha conosco as suas experiências:

minha filha, eu nunca fui à escola, nunca pisei na escola. O que eu mais queria era ter aprendido a ler desde moça, que eu acho muito bonito quem sabe. Mas a minha educação foi essa, antigamente a gente não podia estudar porque tinha que trabalhar, eu e minhas irmãs tivemos que ajudar nossa mãe em tudo desde criança. Mas sou feliz com o que eu sei, eu dei educação pros meus filhos, ensinei a eles o caminho certo e errado, como meus pais me ensinaram, porque hoje em dia os meninos têm tudo nas mãos, não recebem a educação de antes e depois estão usando drogas, não dão valor nem a pai nem a mãe. Por isso estou feliz com o

pouco que eu sei. Minha cunhada me ensinou a ler e a escrever o meu nome e eu sou muito agradecida por isso. Infelizmente ela faleceu, mas hoje, com o pouco que eu sei, eu posso falar sem me sentir envergonhada por não ter estudado, porque antigamente as coisas eram muito diferentes. Eu aprendi a ter respeito pelos pais, aprendi a lavar roupas no rio, a buscar água no riacho, a cuidar da casa e por isso eu valorizo o que eu tenho. (Fátima, feirante, 62 anos, 2023).

Percebe-se aqui que a reflexão da categoria de *gênero* ante as histórias de vida das mulheres feirantes também evoca a participação de saberes de mulheres agricultoras, que durante toda a sua trajetória tiveram pouca visibilidade e participação nos movimentos sociais feministas. Assim sendo, torna-se um ponto relevante desta pesquisa ouvir e dialogar com o conhecimento de mulheres da feira e do campo, como forma de diversificar as análises de gênero. Em relação aos saberes da agricultura, mais uma vez Dona Fátima, uma das interlocutoras deste trabalho, afirma o seguinte:

desde menina, com onze anos, já comecei a trabalhar no roçado, ajudando, plantando, preparando a terra para plantar, separando os alimentos pra vender na feira. Minha família toda trabalha com agricultura, aí eu sempre trabalhei também. Eu acho que era bom antigamente, quando eu ia buscar água no riacho, porque eu sabia e aprendi o valor que as coisas têm. Quando é muito fácil o povo não sabe dar valor ao pouco que tem. (Fátima, feirante, 62 anos, 2023).

A fala de Dona Fátima traz consigo um conjunto de memórias e conhecimentos sobre a agricultura familiar. É possível refletir sobre como a condição da mulher, apesar de ser vista erroneamente como frágil, denota força, coragem e trabalho desde a infância até os dias atuais, segundo o que demonstra a experiência da interlocutora. Além disso, Dona Fátima compreende como a sua experiência é, segundo o seu modo de ver o mundo, valiosa para ela. Assim, é possível evidenciar que os traços da identidade de mulher do campo são fundamentais para ela.

Ante o fato de não se reconhecer, na maioria desses contextos locais, o papel da mulher para além da subalternização, faz-se necessário refletir sobre as relações entre gênero e trabalho em outras sociedades. Em diversos grupos matriarcais africanos, por exemplo, a autoridade da mulher faz ou fez parte decisiva da cultura local (Leacock, 2019). Ao se refletir sobre os papéis econômicos, políticos e sociais das mulheres em sociedades não patriarcais, destaca-se o trabalho artesanal originado por mãos femininas, antes de – muitas vezes – ser usurpado por homens e pela sociedade de classes, revelando a importância de atividades hoje frequentemente invisibilizadas.

Segundo Saffioti (1976), o trabalho feminino na sociedade de classes é subjugado por critérios irracionais, evidenciando que as sociedades mais capitalistas e desenvolvidas são as que mais projetam socialmente, de modo negativo, estereotipado, subalternizado, a submissão das mulheres em suas atividades laborais. A marginalização do trabalho feminino ocorre tanto em atividades domésticas quanto fora do lar. Nas atividades externas, o trabalho fabril, que antecede o regime das indústrias gigantescas, coloca a mulher em uma posição subalterna na produção de bens. Já nas atividades domésticas, mesmo quando remuneradas, as mulheres são percebidas como alguém sem determinação, mesmo sendo economicamente independentes. Nas sociedades individualistas, de padrão industrial capitalista, as mulheres se encontram, assim, em posições econômicas *naturalmente* marginalizadas.

Além disso, mesmo com o crescimento da produção industrial e a diversificação da economia e dos setores produtivos, o desemprego e o subemprego representam outras formas de marginalização feminina. Essa perspectiva acentua o modo como as estruturas patriarcais e capitalistas convergem para perpetuar a desigualdade de gênero, impactando a posição socioeconômica das mulheres em diferentes esferas, tanto públicas quanto privadas (Saffioti, 1976).

A divisão sexual do trabalho na feira livre de Baturité (CE) reflete algo dessas conotações, ainda que nem sempre seja percebida uma exploração direta das sujeitas. Dona Rosângela (trinta e sete anos) e Dona Rosilene (quarenta e dois anos) trabalham vendendo frutas, verduras e legumes na feira livre de Baturité (CE) e seus maridos contribuem com seus trabalhos na plantação da maioria dos alimentos vendidos, como cebola, batata, alho, cheiro verde e cenoura. Na perspectiva das duas feirantes, não é relatado nem demonstrado nenhum sentimento de opressão no desempenho das atividades laborais, na medida em que aparentemente há uma parceria nas atribuições do trabalho. No entanto, os cuidados com o lar e com a família permanecem como de responsabilidade das mulheres, o que evidencia um peso sobre as atividades da esfera privada e a desigualdade na divisão sexual do trabalho, notadamente quanto às atividades do lar e da família.

O trabalho informal, segundo Araújo e Lombardi (2013), implica principalmente relações desiguais de gênero e raça. As autoras apresentam a evolução do trabalho informal no Brasil entre os anos de 2001 e 2009 devido ao ingresso de mulheres, especialmente mulheres negras, no mercado laboral. Com o crescimento da economia brasileira nesse período, houve

também um incremento considerável de atividades informais. Sob esse aspecto, as autoras complementam:

isso mostra que, se o crescimento recente da economia brasileira possibilitou uma queda expressiva do desemprego, ele não foi capaz de promover a redução do trabalho informal na mesma proporção, e de gerar empregos “decentes” para incorporar a grande quantidade de trabalhadores/as que permanecem envolvidos/as em formas de trabalho precárias, desprotegidas e ilegais. As pesquisas sobre o trabalho informal têm contribuído não apenas para recolocar em novas bases o debate em torno do conceito de informalidade, como têm chamado a atenção para distintos aspectos, novas formas contratuais e relações de trabalho que se expandiram nas últimas décadas, decorrentes dos processos de reestruturação capitalista e de globalização. (Araújo; Lombardi, 2013, p. 3).

Nessa passagem, as autoras problematizam a precariedade em que se encontram as trabalhadoras informais e a relação enviesada de suas atividades com o crescimento da economia do país. Além disso, as autoras destacam a recente inserção feminina no mercado de trabalho remunerado, visto que os dados apresentados por elas mostram que grande parte das trabalhadoras começou a receber salários apenas a partir dos anos 2000. Antes disso, o que as mulheres faziam e percebiam servia apenas como um complemento *ao trabalho de seus maridos* na composição da renda familiar.

Em relação às atividades das mulheres feirantes de Baturité (CE), o trabalho informal continua precário em pleno 2023, apesar de sua grande relevância para o desenvolvimento econômico da região. Não de outro modo, a maioria das feirantes que participaram desta pesquisa também realiza o trabalho na feira como forma de complemento à renda de seus maridos ou de outras fontes.

À vista disso, Dona Francisca (setenta e cinco anos) é, por sua vez, uma feirante que vende roupas infantis, de idosos, sutiãs, calcinhas, camisas e calças masculinas. Trabalha há trinta e cinco anos na feira de Baturité (CE) e reside na cidade a um quilômetro da feira. Todos os dias, às cinco e meia da manhã, ela vem andando até a sua banca. Apesar de já ter setenta e cinco anos, ela não tem vontade de parar, pois sente que a feira é um território onde pode ganhar dinheiro, complementar a sua pouca renda da aposentadoria, conversar, interagir e, de certa forma, divertir-se. Relata que seus filhos se preocupam e a aconselham a não vir mais; entretanto, ela insiste em vir, pois se sente mais feliz assim, conforme se observa na fala a seguir:

eu sou feirante já tá com mais de trinta anos, já trabalhei em outras feiras, mas hoje eu venho mesmo porque eu gosto e também porque ainda preciso. Meus filhos não querem mais que eu venha, mas eu venho mesmo assim, porque aqui é pelo menos um divertimento, eu converso, eu ganho meu dinheiro, é muito boa essa feira. (Francisca, feirante, 73 anos, 2023).

No relato de Dona Francisca, vê-se e sente-se a alegria em vir trabalhar na feira, sendo para ela um momento de diversão e interação, algo que condiz com os escritos de Carvalho (2021) sobre a sociabilidade da feira e a sua relevância social. Entretanto, em sua fala, são também perceptíveis as marcas que o trabalho informal gerou em sua saúde, de modo que, ao trabalhar por trinta e cinco anos na feira e durante muito tempo carregar seus produtos, hoje ela necessita de auxílio em alguns momentos, pois possui problemas de coluna, de visão, além das dificuldades financeiras, como afirma abaixo:

hoje eu sou feirante, mas já fui costureira e parei por causa da coluna. Também trabalhava na agricultura desde criança, porque meus pais eram agricultores. Comecei a trabalhar desde que comecei a andar, que lá era assim, sabe andar já dá pra pegar uma coisa ali, ajudar acolá. Aí no roçado eu comecei a trabalhar com seis anos. A feira só ajuda, porque eu sobrevivo com dificuldade e a aposentadoria não dá pra tudo. Só meu remédio pra o glaucoma, que o médico passou, é seiscentos reais. Aqui na feira tem semanas boas e tem dias ruins. Ainda tem as taxas da prefeitura que a gente tem de pagar, os carregadores, o canto pra guardar a mercadoria, tudo isso tem custo. (Francisca, feirante, 73 anos, 2023).

9

Dessa fala de Dona Francisca, são perceptíveis algumas contradições quanto às reais melhorias (ou não) das condições do trabalho informal ao longo dos anos. Ressalte-se, nesse sentido, que, de acordo com Bosi (1979) e Portelli (2012), existe mesmo, em situações como essa, certa contradição na memória, de modo que a atual fala do/a ator/atriz social é perpassada por novos olhares e sentimentos sobre acontecimentos passados. Isso traz em seu relato a maneira como se sente afetado/a, no tempo presente, por memórias passadas. Percebe-se, na fala de Dona Francisca, que, apesar de os anos em que trabalha na feira terem contribuído de alguma forma para a melhoria de suas condições de vida e da infraestrutura do lugar, há muito tempo não se verificam mudanças significativas. Ela dá, como exemplo, os problemas relacionados ao desgaste do pavimento e do asfalto, o que gera, em épocas de chuva, o alagamento de todo o espaço da feira.

Diga-se, contudo, que, nesse contexto da feira, a precarização se encontra presente, sobretudo, nas próprias atividades em si, assim como na pouca segurança do entorno e no trânsito pelas ruas onde as atividades acontecem. Dona Francisca compartilhou um relato de

que, quando estava trabalhando, a sua banca foi atingida por um carro, fazendo com que um ferro caísse em sua cabeça. A situação gerou aflição nos/as demais feirantes que, ao ajudarem Dona Francisca, se depararam também com a precariedade da segurança pública do local e com o não recebimento de nenhuma ajuda do motorista, que retirou o carro do local e não prestou qualquer socorro à vítima.

Outras questões concernentes à precariedade do trabalho informal na experiência das mulheres feirantes de Baturité (CE) relacionam-se à insatisfação em dias chuvosos, já que o local onde trabalham enche de água, molhando os seus produtos, sendo necessário o pagamento de lonas e materiais mais resistentes à chuva, a fim de que não sejam danificadas as suas mercadorias. Vale destacar que algumas das entrevistadas trazem, no relato de suas trajetórias, lembranças sobre como iniciaram os seus trabalhos no campo informal e sobre quais eram então as suas motivações. Elas confirmam que foram compungidas ao trabalho e aos cuidados com a casa e com a família desde muito cedo e que não tiveram a oportunidade de estudar. Além disso, todas se tornaram mães ainda bastante jovens. Segundo Quendau (2007), as mulheres da atualidade ainda são criadas para serem boas profissionais e boas mães. Entretanto, reconhece-se que trabalhar e ser mãe são atividades que podem gerar um sentimento de conflito e culpa (Quendau, 2007).

Nesse contexto, a história de vida da feirante Elenice ilustra bem essa realidade. Ela tem 67 anos e é mãe de três filhos que, no passado, tiveram de ajudá-la e trabalhar com ela na feira. No entanto, à medida que cresceram e se casaram, mudaram de profissão e acabaram deixando o trabalho informal que exerciam junto à mãe na infância e adolescência. Isso gerou preocupação e certa inquietação em Dona Elenice. Ela até incentivou cada um a ter a sua própria banca, mas, com o tempo e a busca por melhores oportunidades, todos seguiram caminhos diferentes. Sua filha mais nova, até poucos anos atrás, costumava vir de Fortaleza todos os finais de semana para ajudá-la na feira de Pacoti (CE), município próximo a Baturité (CE), na parte mais alta da serra. Entretanto, após Elenice abrir a sua loja em Baturité (CE), a necessidade de ir a Pacoti (CE) diminuiu, e a filha passou a trabalhar em outras atividades, sem poder mais se deslocar continuamente de Fortaleza até lá.

Dona Elenice relembra quando seu filho mais velho tinha apenas oito anos de idade e ia com ela a pé para a feira de Pacoti (CE), às duas horas da manhã. Atualmente, ela diz que não teria mais coragem de permitir isso. Foi através de sua profissão como feirante que, no

entanto, ela conseguiu sustentar sozinha os/as filhos/as e pagou escola particular para todos/as três, ensinando sempre o caminho da persistência em todas as escolhas. Dona Elenice só aprendeu a ler e a escrever já depois de adulta. Quando criança, ela não pôde frequentar a escola, porque precisava ajudar a família nas atividades de casa e do roçado. Aos doze anos, incentivada por seus pais, ela foi convidada a ir morar na casa de um casal, justamente para poder ir à escola, mas ao aceitar a proposta percebeu que havia sido enganada.

Na convivência com esse casal, ela não foi matriculada em nenhuma escola nem ensinada, apenas trabalhava, tendo de permanecer por lá até os dezesseis anos de idade. Elenice afirma que já chorou muito repensando nisso e que, se pudesse retroceder, não teria aceitado de jeito nenhum aquela proposta. Mesmo assim, sente-se feliz com o que sabe, pois, mesmo tendo sua educação negada na infância, foi capaz de trabalhar, sustentar os filhos e filhas e exercer uma boa gestão de suas finanças, tanto pessoal, quanto de sua banca e de sua atual lojinha. As memórias daquele tempo suscitam pensamentos acerca do desejo de estudar, da exploração e dos abusos sofridos, mas também reflexões em torno de realizações e conquistas mediante o trabalho. Vejamos parte do relato de Dona Elenice:

minha filha, nunca fui à escola. Uma mulher me tirou de casa quando eu era criança, dizendo que ia me colocar na escola, que eu ia ajudar em casa e trabalhar, mas ela me enganou, nunca me colocou na escola, nem me pagava, eu trabalhava feito condenada e chorava pra ir pra escola e ela não me matriculava. Até hoje eu ainda choro, às vezes, porque essa mulher me enganou, eu era doida pra estudar. Aí eu só aprendi a ler e escrever muito depois. Na casa desse casal não fui colocada na escola nem ensinada, só trabalhei. Hoje ainda choro muito pensando nisso e se eu pudesse voltar atrás não teria aceitado aquela proposta, mesmo eu sendo feliz com o que sei, porque mesmo não tendo ido à escola ainda fui capaz de trabalhar, sustentar os meus filhos. Apesar de eu não ter estudado na escola, tenho orgulho em ter construído meu próprio conhecimento. Eu sei calcular bem direitinho, passo troco, cuido do dinheiro da loja bem direitinho sem ninguém ter me ensinado, sem ninguém pra me ajudar. Aprendi trabalhando na vida, por isso agradeço a Deus por tudo o que já fiz e eu ainda vou estudar no futuro. Você vai ver! (Elenice, feirante, 67 anos, 2023).

Vê-se que a educação escolar, para muitas dessas mulheres, foi algo impossível ou de difícil acesso ao longo de suas vidas, principalmente para as que hoje são mais velhas (com mais de sessenta anos de idade). Como mostrado por Del Priore (1997), estudar no século XIX e na primeira metade do século XX não era uma prioridade para a educação/formação das moças. De acordo com os padrões sociais da época, as mulheres deveriam, sobretudo, almejar se tornar boas mães, esposas e donas de casa.

Essa realidade de acesso limitado à educação também se reflete nas histórias de vida das feirantes entrevistadas, incluindo Dona Elenice. Não é, todavia, apenas a negação do acesso à educação escolar que aparece em seus relatos, mas também a falta de apoio e reconhecimento quanto às responsabilidades financeiras e familiares. Isso nos leva a refletir, de modo mais amplo, sobre os principais desafios na escolarização de mulheres agricultoras, trabalhadoras de classe média e baixa; desafios que muitas vezes são determinantes para as escolhas profissionais e para a garantia de direitos sociais e trabalhistas.

Dona Elenice nos relata que, em seus primeiros anos como feirante, saía de casa às duas horas da madrugada, com o seu filho de oito anos, para poder vender em outro município. Graças ao seu trabalho, ela conseguiu sustentar os/as filhos/as, que quase nunca contaram com o apoio paterno. Ela destaca que, apesar das adversidades enfrentadas para manter o sustento de sua família, não queria retornar ao relacionamento com o ex-marido devido aos problemas dele com álcool.

As contribuições de Quendau (2007) se colocam, sob esse aspecto, em diferentes posições ante o relato de Dona Elenice. É dessa forma porque, apesar do sentimento de sobrecarga com o cuidado dos/as filhos/as, não havia – por parte da entrevistada – outra alternativa melhor para si e a sua família: tendo ela de forçosamente enfrentar sozinha quase todas as dificuldades com que se deparava. Hoje, Dona Elenice tem a sensação de gratidão, força e reconhecimento por si mesma, por ter sido capaz de enfrentar os desafios para dar educação e sustento à família. A feira, para Dona Elenice, foi uma oportunidade de trabalho fora das casas de senhoras com maior poder aquisitivo, onde mulheres como ela ainda hoje prestam serviços domésticos, em situações comuns de humilhação e aviltante exploração econômica. Além disso, ser mulher feirante foi de suma importância para a sua interação com outros/as sujeitos/as e experiências mais diversas no âmbito laboral/profissional.

A feira, enquanto território construído por múltiplos/as sujeitos/as e diferentes territorialidades, com a presença feminina, proporciona uma verdadeira herança de saberes matriarcais: especificamente a partir dos significados do que é *ser mulher, feirante e sertaneja/agricultora*. Por intermédio dos itens por elas produzidos e comercializados, a cultura do sertão, os saberes da produção agrícola familiar e a experiência feminina com o cuidado entrelaçam redes solidárias de apoio e incentivo ao crescimento de mais mulheres. A prática da comercialização de alimentos e de outros itens por elas, naquele local, auxilia no

entendimento sobre o que é *ser e estar*, ao mesmo tempo, *como feirante e mulher em Baturité (CE)*, representando uma movimentação que é, concomitantemente, econômica, política e cultural (Rocha; Vargas, 2021).

Dessa forma, na feira livre de Baturité (CE), é possível notar a relação da agricultura familiar com o protagonismo das mulheres feirantes, na medida em que todas as entrevistadas afirmaram também trabalhar ou já ter trabalhado no campo junto às suas famílias. As feirantes Fátima, Rosilene e Rosângela contam com a ajuda dos maridos e de outros/as parentes no cultivo de frutas, legumes e verduras que são colhidos e vendidos semanalmente na feira de Baturité (CE). O sentimento de satisfação quanto à realização disso é algo enfatizado por Dona Fátima, quando ela destaca a necessidade – vital – de manter alimentadas todas as pessoas, sejam ricas ou pobres, independentemente de sua raça ou classe social. Não noutro sentido, ela vê como as suas atividades são fundamentais também para a sua família. Essa relação dos hortifrúteis produzidos – no contexto da agricultura familiar – com a atividade local exercida pelas mulheres feirantes traz elementos importantes para o entendimento das experiências e vivências das interlocutoras, haja vista que elas não se sentem nem se veem apenas como feirantes, mas também como agricultoras/produtoras de alimentos.

Os discursos dessas mulheres, de suas memórias, experiências e o seu protagonismo na feira livre denotam então as diversas e multissituadas atividades e tarefas com as quais elas se envolvem; como, por exemplo, a arte de vender, a gestão de seus negócios, a produção e o transporte de suas mercadorias etc. Vender, para além de ser uma atividade econômica e de sociabilidade para as feirantes, é também a sua principal fonte de renda. Portanto, pensar nas atividades realizadas pelas feirantes é também refletir em exercícios de empoderamento e desenvolvimento econômico, de luta pela sobrevivência e independência financeira (Carvalho, 2021). Para essas feirantes de Baturité (CE), trabalhar na feira significa, enfim, a oportunidade que têm para o sustento de suas famílias.

Dona Rosângela conta com alegria que, com o seu trabalho na feira, conseguiu sustentar os seus/suas cinco filhos/as e, hoje, paga a faculdade de um deles. Além disso, ela também ajuda a sua mãe, quando há qualquer necessidade financeira, bem como a outros membros da família em momentos de crise. Para ela, estar na feira lhe proporciona ainda momentos de alegria e interação com os/as outros/as feirantes, sendo também uma forma de se descontrair e ocupar a mente e o corpo. De fato, o comércio popular nas feiras livres

integra, além de uma necessidade, também uma espécie de estilo de vida e consumo para muitas pessoas, estando intrinsecamente ligado ao centro das movimentações sociais de muitos lugares Brasil afora (Carvalho, 2021). A feira é, com efeito, um espaço plural de arte, vendas, histórias, vivências e cultura. Além disso, a sua existência é fundamental para a manutenção e o crescimento da economia local. Para a cultura nordestina, a feira livre significa um espaço para apresentar o artesanato de rendas, produtos de barro, couro e palha. Os elementos culturais da feira tornam o seu território um espaço de expressão nordestina e de resistência, tanto para as mulheres como para os homens.

Um das questões que chamam bastante a atenção na feira livre de Baturité (CE) são o diálogo entre os/as feirantes e os seus modos de comunicação, além das músicas que são tocadas ao vivo em algumas das bancas e que espalham sonoridade por toda a feira, gerando animação e verdadeiras festas improvisadas, reunindo ali vários atores e atrizes sociais, tocadores/as e artistas de rua. "Vão levar o que hoje, minhas lindas?" Dona Rosilene fala enquanto uma cliente observa as cebolas. Em resposta, a cliente diz: "Cumade, guarda essas cebolas pra mim que eu vou bem ali e já volto pra buscar".

Diga-se ainda que o protagonismo feminino no trabalho, em geral, revela mudanças sociais em curso, notadamente em relação ao uso e à conquista do espaço público. Fazer a análise cotidiana da atuação das mulheres no espaço da feira exige inter-relacionar os aspectos locais e distintivos da cultura, da economia e da realidade social interseccionados ao trabalho e à identidade das feirantes. As dimensões de poder no cotidiano das feiras mostram, por sua vez, como o controle e o domínio não estão restritos a instituições políticas, funcionando, na verdade, como uma rede. As mulheres feirantes, enquanto protagonistas de sua própria história, lutam pelo trabalho e emancipação, enfrentando desafios de gênero, resistindo à dominação masculina, esforçando-se pela criação dos/as filhos/as, entre outros muitos enfrentamentos. Vale ressaltar que, no que diz respeito às atividades domésticas e familiares, as mulheres sempre trabalharam em todo o período da história ocidental, sem nunca terem sido remuneradas por isso.

À vista disso, os desafios que perpassam a trajetória das mulheres feirantes em Baturité (CE) não param em suas exaustivas horas de trabalho vendendo, comprando, acondicionando, carregando e descarregando mercadorias, armando e desarmando estruturas no espaço público. Esses desafios também estão ligados às condições em que se encontram os

espaços em que exercem as suas atividades, a saber: falta de estrutura específica para o comércio de rua; fiscalização pública e exercício do poder de polícia sem critérios claros, imparciais e objetivos, muitas vezes retirando trabalhadoras de seus postos e dificultando ainda mais o sustento dessas pessoas; condições climáticas adversas, alternando volumosos períodos chuvosos (de cheias) com épocas de extremo calor e desconforto térmico; violência e insegurança urbana, haja vista os constantes riscos de assaltos, furtos e acidentes (Alves, 2020). Para as mulheres há ainda as constantes ameaças de assédio, perturbação e violência sexual.

3 ACESSO À ESCOLARIDADE NA VIVÊNCIA DAS MULHERES FEIRANTES

Durante o diálogo com as mulheres feirantes de Baturité (CE), a temática da escolaridade nos chamou a atenção, haja vista o modo como as interlocutoras demonstraram se sentir ante o fato de terem tido pouco ou nenhum acesso à educação formal durante a infância e a adolescência. Dentre as mulheres feirantes com as quais dialogamos, quatro afirmaram não ter finalizado o ensino fundamental, enquanto apenas uma confirmou tê-lo concluído.

As principais dificuldades apontadas para frequentar a escola estavam relacionadas ao trabalho, uma vez que, na época de suas infâncias, suas famílias consideravam o trabalho mais relevante do que a frequência escolar, sendo que também quase nenhum/a de seus/suas familiares concluiu o ensino fundamental. Também foi relatado por uma interlocutora que o não acesso à escola deveu-se a uma proposta enganadora que recebeu na infância. Uma pessoa ofereceu à sua família terminar de criá-la e matriculá-la na escola em troca de trabalho, mas, ao ser aceita a proposta, a realidade mostrou-se outra, a qual não incluía a escolaridade, apenas a expropriação do trabalho compulsório.

Além disso, outra interlocutora afirmou não ter finalizado o ensino fundamental devido à gravidez na adolescência. A escola em que estudava era distante de onde morava e, devido à sua condição, não tinha como ir a pé. A maternidade precoce é, de fato, ainda hoje, um dos grandes motivos para adolescentes e mulheres jovens abandonarem a escola. Apesar de o número vir diminuindo e de algumas políticas públicas terem sido instituídas para efetivar o direito à educação básica das crianças e adolescentes, o relato da interlocutora

aponta como a ausência dessas políticas, à época em que engravidou, prejudicou-a, deixando consequências para o resto de sua vida. Hoje, uma de suas filhas tem a sua própria banca na feira, havendo entre elas o repasse de saberes, tanto relacionados ao comércio, quanto ao apoio e incentivo para que continue os estudos (Sarría *et al.*, 2022).

A educação é, com ênfase, uma via estratégica para a desnaturalização das desigualdades, preconceitos e violências sofridas pelas mulheres. Em 1948, quando da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), foi divulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo legitimados em 1953 os direitos políticos das mulheres e a igualdade entre os gêneros, especialmente no que diz respeito à ocupação por homens e mulheres de cargos e posições públicas e privadas. O Brasil ratificou essa declaração apenas em 1963 (Klein *et al.*, 2019). De modo geral, as conquistas sociais e políticas das mulheres foram consequência de muita luta dos movimentos sociais e sindicais feministas. Mesmo que a legislação brasileira tenha firmado já há bastante tempo o compromisso de promover a igualdade educacional para homens e mulheres, verificam-se inúmeras contradições quanto à materialidade disso nos próprios relatos das interlocutoras. Isso mostra que, para além da previsão legal, faz-se ainda hoje necessário criar políticas públicas que assistam socialmente as mulheres em suas lutas por igualdade e contra as injustiças de gênero; promovendo-lhes e garantindo-lhes, por exemplo, o direito à educação em condições de igualdade com os homens (Klein *et al.*, 2019). Na realidade das feirantes de Baturité (CE), as suas lutas por justiça social percorrem as suas trajetórias hoje, a fim de garantir o que lhes foi antes negado: o direito à educação para seus filhos e filhas.

A sociedade, enquanto processo histórico de construção da vida, a partir do estabelecimento de estruturas e dinâmicas político-econômicas, mantém e reproduz relações de poder; precisamente por intermédio de fatores e privilégios de classe social, étnicos e patriarcais-sexistas, os quais legitimam a relevância e a valorização de uns sujeitos em detrimento de outros/as. Estes/as são considerados/as como inferiores, do ponto de vista moral e epistemológico, e consequentemente são relegados/as a condições materiais de subalternidade. Na conjunção disso, a pouca valorização feminina é percebida como fruto do arranjo social dessas relações de poder que, ao evidenciarem determinados critérios, práticas e valores econômicos, concretizam a dominação política das formas de existir com base em

representações mentais e simbólicas de privilégio dos homens e de subalternidade das mulheres (Fonseca, 1995).

Diante disso, a negação do direito à educação na realidade das mulheres feirantes é percebida como fruto de relações de poder que desvalorizam a relevância social das mulheres do campo e dos demais grupos de trabalhadoras. Nessa lógica, das relações de poder que mantêm desigualdades e privilégios de gênero, o ato de conhecer, enquanto prática social, configura as próprias condições de existência dos/as sujeitos/as sociais. A função social da educação faz-se, assim, prioritariamente, a da transmissão do conhecimento que, a partir da interação, tem o potencial de gerar tanto a transformação quanto a reprodução dos modos sociais (Fonseca, 1995). Portanto, uma educação moldada a partir de pressupostos criados e acessados apenas por homens tende a reproduzir estruturas e ideais machistas, ao passo que, quanto mais mulheres tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais, maior será a tendência de que as desigualdades e as injustiças de gênero sejam socialmente superadas.

Diga-se que, durante muito tempo, as legislações referentes à aprendizagem e à educação, consideradas pilares essenciais para o desenvolvimento humano e a transformação social, negligenciaram sistematicamente o acesso das mulheres à educação formal. Somente em 1827, por meio da promulgação do Decreto Imperial de 15 de outubro, o público feminino conquistou o direito de frequentar escolas (Brasil, 1827). É importante ressaltar, nesse sentido, que o direito à educação das mulheres e a garantia do seu acesso e permanência no meio escolar são conceitos distintos. Em 1827, um decreto imperial no Brasil permitiu que as mulheres frequentassem as escolas; no entanto, isso não lhes garantiu as mesmas condições de acesso ou a mesma qualidade educacional, oferecida comumente apenas aos homens, até pelo menos meados do século XX. Inicialmente, as aulas destinadas às mulheres assumiam como escopo apenas prepará-las para o casamento, enquanto que, para os homens, a educação já visava, desde então, capacitá-los à exploração das diversas áreas do conhecimento e da formação profissional.

Após as duas guerras mundiais, a situação social das mulheres trabalhadoras foi sendo cada vez mais rigidamente moldada no contexto capitalista, especialmente no que diz respeito aos papéis da domesticidade, da sexualidade dócil e voltada à maternidade, e à crescente participação nos serviços fabris. Entretanto, nos países do dito Terceiro Mundo, os índices alarmantes de desemprego e subemprego afetaram especialmente as comunidades mais

marginalizadas; onde as mulheres trabalhadoras, muitas vezes, tiveram de permanecer e das quais os homens tendiam, logo no início de suas vidas adultas, a migrar devido à falta de oportunidades. O acesso à educação básica, etapa crucial de preparação para o mercado de trabalho, foi historicamente negado a muitas delas. Como resultado, elas se encontram, ainda hoje, frequentemente em empregos informais e sob condições de trabalho quase sempre mais precárias do que as dos homens, incapacitadas até então de se estabelecerem em posições formais de maior relevância e prestígio social (Fonseca, 1995).

Por outro lado, segundo Vigano e Laffin (2016), o espaço da educação de jovens e adultos (EJA) vem empoderando muitas mulheres que, durante a infância e a adolescência, por motivos diversos, foram impedidas de frequentar a escola. Em contrapartida, as mulheres de áreas rurais ainda não têm tanto acesso às políticas públicas educacionais devido à distância entre a escola e as suas casas, às múltiplas jornadas de trabalho e, muitas vezes, por sentirem que não conseguem mais pensar na educação como fonte de emancipação social, diante de suas tantas dificuldades e árduas experiências de vida. Não é à toa que as nossas interlocutoras da feira livre de Baturité (CE) destacaram a importância dos esforços que empreenderam para a criação e a educação dos/das seus/suas filhos/as, a fim de que todos/as tivessem a oportunidade de estudar. Mesmo diante do trabalho árduo em que se encontram, deram/dão total apoio aos/às filhos/as na continuidade dos estudos, na medida em que querem dar-lhes a chance, que não tiveram, de melhorarem de vida.

A educação deve ser, segundo Freire (1987), o principal fator de emancipação e libertação do ser humano. Em contrapartida, o autor afirma que o ideal dessa emancipação implica em – por meio da educação – reconhecer precisamente a desumanização como realidade histórica e ontológica. Assegurar o direito de ir à escola para as mulheres está então intrinsecamente relacionado à efetivação do próprio sentido dos direitos humanos, na medida em que, durante a história, a educação foi algo a que somente os homens prioritariamente tiveram acesso (Del Priore, 1997). A desumanização acontece quando a humanidade de alguns/as indivíduos/as é subtraída em favorecimento de outros, ou quando é deliberadamente roubada e/ou distorcida, supostamente em atendimento à vocação natural do ser – que se crê superior – em manter-se como dominante. Dá-se nisso a composição das ordens sociais de injustiças, gerando e perpetuando a violência e o abuso dos opressores sobre as vidas que, inferiorizadas, seguem subjugadas (Freire, 1987).

Somente a força que nasce dos/as próprios/as oprimidos/as é que pode, contudo, emancipá-los/as, de modo que todo ato de rebeldia e liberdade precisa ser fomentado conjuntamente com outros/as sujeitos/as oprimidos/as. À vista disso, é a partir dos movimentos feministas, da diuturna solidariedade entre as mulheres trabalhadoras, que se conquista uma série de direitos, não apenas para elas, como para toda a classe de sujeitos/as subalternizados/as. No entanto, ante a realidade das mulheres do campo, ainda há muitos direitos a serem efetivados. No que tange às trajetórias das mulheres feirantes de Baturité (CE), os processos de opressão vivenciados de diversas formas, especialmente quanto à negação do seu acesso à educação, apesar de ser algo marcante em suas vidas, também lhes transmitem coragem e lhes forjam resistência e superação; haja vista que, mesmo diante de tantos desafios, elas conseguiram/conseguem manter o sustento de si e dos/das filhos/as por meio do seu trabalho na feira.

Além disso, trabalhar na feira livre foi/é algo primordial para conseguirem superar problemas de autoestima e obter diversos conhecimentos práticos em finanças, gestão, produção, transporte e venda de alimentos e outros itens. Logo, a negação do direito à educação na realidade dessas mulheres não lhes estagnou sob a opressão dos ciclos de uma conjunção de pobreza e relações patriarcais. Ao contrário, a marca de suas identidades – forjadas no espaço da feira livre – lhes proporcionou a superação, em alguns sentidos, da negação desse seu acesso à educação, na medida em que *paradigmaticamente* esse foi um dos principais motivos pelos quais não conseguiram alcançar outras ocupações formais. No entanto, a ausência de políticas públicas nas trajetórias de vida dessas mulheres feirantes, além de tê-las impedido o acesso à educação na infância e na adolescência, segue obstaculizando o desenvolvimento atual de suas atividades econômicas e de sua autonomia financeira.

4 CONCLUSÃO

Embora as mulheres hoje ocupem o espaço público, a ausência de políticas e investimentos que lhes garantam ali a sua segurança e legitimem a sua presença e atuação ainda é uma realidade, uma vez que o poder sobre o território onde estão e as suas decisões não seja compartilhado, não seja – praticamente em nenhuma medida – exercido por elas.

Além disso, as oportunidades para homens e mulheres seguem bastante desiguais no contexto da feira. A negação a elas do acesso pleno à educação foi uma forma de exercer poder e contingenciamento sobre o seu trabalho e as suas escolhas vitais, o que resultou na precarização e desumanização de suas condições existenciais, ainda que – muitas vezes – elas não se deem conta das verdadeiras causas e motivos quanto a isso (Freire, 1996).

A necessidade de se entender a complexidade de suas trajetórias de vida, mediante a análise interseccional de fatores que envolvem educação, gênero e trabalho, impõe-se, portanto, como um compromisso ético, histórico e epistemológico: de levantar e de trazer ao conhecimento as implicações das desigualdades de gênero e classe social na disposição das condições de vida e trabalho das mulheres pobres, trabalhadoras rurais e feirantes da região do Maciço de Baturité (CE), no interior do estado do Ceará. Ao se considerar a vivência dessas mulheres feirantes, interlocutoras deste estudo, percebe-se que – apesar da satisfação em trabalhar na feira – elas alentam o desejo evidente de que os/as seus/suas filhos/as sigam outras profissões, alcançando oportunidades que – a elas – lhes foram negadas. Elas sabem que isso só se torna possível por meio da educação, porque têm consciência de que as oportunidades de uma vida melhor lhes foram subtraídas exatamente por não terem tido acesso à escola.

Destaca-se, ao longo do estudo, que as questões das assimetrias de gênero estão profundamente entrelaçadas na rotina dessas mulheres, que enfrentam uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Apesar de a maioria delas contar com companheiros que colaboram na lida do plantio e da comercialização dos produtos na feira, são elas as que se mantêm predominantemente como responsáveis pelas atividades domésticas e familiares.

Concluimos ainda que a falta de acesso à educação impactou preponderantemente as oportunidades de emprego e renda dessas feirantes, restringindo drasticamente a sua mobilidade social e o espectro de seus projetos vitais. É dessa forma porque a intersecção entre as escorchantes condições de trabalho e educação revela – na trajetória dessas mulheres – o contingenciamento de suas escolhas: uma vez que ter de trabalhar e deixar a escola foi-lhes imposto como um imperativo de vida. Essa realidade destaca a necessidade histórica de políticas públicas que tornem a educação mais acessível ao público feminino em geral, em especial para as mulheres do campo.

O conflito entre a maternidade na adolescência e o acesso à educação é outro ponto crucial levantado. A experiência de uma feirante que abandonou a escola devido à gravidez ilustra igualmente a necessidade de políticas públicas que considerem essa realidade. Além disso, os conflitos entre as esferas doméstica e pública tornam-se mais evidentes ao se examinar a divisão de tarefas a elas imposta. Como já dissemos acima, no contexto de vida dessas feirantes, as atividades domésticas e familiares são predominantemente responsabilidades suas. Entretanto, nas atividades laborais externas, observa-se uma divisão mais equânime, embora o trabalho das mulheres nem sempre receba da sociedade, das instituições e, sobretudo, dos empregadores o mesmo reconhecimento e valorização que o dos homens.

A nossa análise ressalta, enfim, o quão imprescindíveis são políticas públicas laborais e educacionais mais inclusivas e equitativas em favor das mulheres; que abordem, portanto, de forma mais específica as desigualdades de gênero, proporcionando condições para que as mulheres, especialmente as feirantes e trabalhadoras do campo, tenham acesso a oportunidades mais justas e exerçam plenamente os seus direitos no espaço público e no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Marco Aurélio de Andrade. **Sobrevivência ambulante no espaço urbano: informalidade e trabalho na Feira José Avelino**, em Fortaleza-Ceará. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do século XXI. **Cadernos em Pesquisa**, São Paulo, n. 149, p. 452-477, ago. 2013.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos**. 4. ed. São Paulo: TAO, 1979.
- BRASIL. **Lei nº 15, de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827.
- CARVALHO, Jumara Carla Azevedo Ramos. Mulheres feirantes: cotidiano, trabalho, protagonismo e articulações femininas na feira livre em Caetité - BA (1991 a 2019). In: **Simpósio Nacional de História**, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: AMPUH, 2021. v. 1, p. 1-11.

DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. A educação e o processo de inclusão: exclusão social da mulher. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 48, n. 1, p. 51-59, mar. 1995. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-71671995000100008>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KLEIN, A. M.; TORRES, J. C.; GALINDO, M. A. Direitos humanos, mulheres e gênero nas escolas: uma questão de política pública. **Educação em Revista**, v. 20, n. 0, p. 9-22, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8732>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

PORTELLI, Alessandro; RIBEIRO, Maria; RIBEIRO FENELÓN, Dea. O que faz a história oral diferente: projeto história. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 14, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 27 maio 2024.

QUENDAU, Fernanda Sutoff. **O conflito entre a maternidade e o trabalho na mulher pós-moderna**. 2007. Monografia (Especialização) – Faculdade das Ciências e Saúde, UNICEUB, Brasília, 2007. cap. 3.

ROCHA, Patrícia Quirino; VARGAS, Maria Augusta Mundim. Redes de mulheres feirantes no Sertão Baiano. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 19, n. 1, p. 249-270, abr. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bengiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SARRIA, Larissa de Freitas Tristão et al. Gravidez na adolescência e evasão escolar: uma análise sociológica. **Revista de Ciências Biológicas e da Saúde**, Iguazu, v. 1, n. 1, p. 105, jul. 2022.

SCOTT, Joan. **Gender on the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988.

VIGANO, Samira de Moraes Maia *et al.* **A educação de jovens e adultos como um espaço de empoderamento das mulheres**. 5. ed. Florianópolis: EJA em Debate, 2016.

Recebido em: 3 maio 2024.

Aceito em: 16 ago. 2024.